

Congresso não vota orçamento

10 OUT 1990

BRASÍLIA — Por falta de acordo entre as lideranças partidárias, o Congresso não votou ontem o projeto de revisão orçamentária do governo para este ano. O entendimento para que a matéria fosse votada com urgência esbarrou na resistência dos líderes do PT, PDT, PCB e PC do B, que condicionaram o acerto à inclusão na pauta do voto presidencial aos projetos de custeio e benefícios da Previdência Social aprovado pelo Congresso, e a Medida Provisória 234, que trata da política salarial.

O projeto de revisão orçamentária de Cr\$ 2,5 trilhões só poderá ser votado por acordo de lideranças já que dificilmente haverá quórum nos próximos dias. Para que a matéria seja aprovada é preciso haver 248 deputados e 38 senadores no plenário. O acordo de

lideranças permitiria que o projeto fosse votado sem que nenhuma liderança obstruísse a sessão pedindo a verificação de quórum.

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (RS), condenou as exigências dos partidos de oposição. "Não se deve condicionar a votação de uma lei boa por outra", observou. Segundo ele, a Medida Provisória 234 e o voto aos projetos de custeio e benefícios da Previdência Social não podem ser incluídos na pauta da sessão do Congresso porque ainda estão tramitando. A Medida Provisória 234 nem sequer foi discutida na comissão mista encarregada de dar o parecer sobre a sua constitucionalidade (se ela se enquadra ou não nos critérios de urgência e relevância, determinados pela Constituição).